

HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA: IMPACTOS E TOMADA DE DECISÃO

Philip M. Fearnside
Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA)
Manaus, Amazonas

O Brasil tem grandes planos para a construção de hidrelétricas na Amazônia, tanto na porção brasileira da região como em países vizinhos como Peru e Bolívia. Tem havido pouca discussão pública no Brasil das políticas de energia usadas para justificar o alto custo monetário e os grandes impactos humanos e ambientais causados por essas barragens. Pouca atenção tem sido dada para o impacto da exportação de energia elétrica na forma de produtos tais como alumínio e ao investimento apenas simbólico do governo brasileiro na conservação de energia e em fontes alternativas como eólica e solar. Represas amazônicas têm impactos notáveis como o deslocamento humano, destruição de meios de subsistência tais como a pesca e impactos na biodiversidade, clima e saúde. Esses impactos são ilustrados por barragens existentes na Amazônia brasileira, como Tucuruí, Balbina e Samuel. Controvérsias atuais, tais como aquelas em torno de Belo Monte e as barragens nos rios Madeira e Tapajós, ilustram tanto a magnitude dos impactos como as deficiências do processo de tomada de decisão. O bloqueio da migração dos grandes bagres do rio Madeira, por exemplo, já tem impactos marcantes tanto no Brasil quanto na Bolívia e Peru. As contribuições das barragens do rio Madeira aos danos causados pelas inundações de 2014 também representam um impacto substancial dessas barragens. Contaminação de metil-mercúrio é aumentada pelas condições anóxicas criadas por reservatórios de hidrelétricos, onde essa forma venenosa de mercúrio pode formar, tanto do mercúrio liberado por garimpagem de ouro como da transformação dos estoques naturais de mercúrio no solo. As hidrelétricas amazônicas emitem gases de efeito estufa, especialmente o metano (CH₄). Essas emissões, frequentemente, são subestimadas e podem exceder as de combustível fóssil durante décadas. Sendo que o aquecimento global precisa ser controlado dentro de poucos anos para evitar mudança climática “perigosa” de ultrapassar o limite de 2°C de aquecimento médio, esse pico de emissão das barragens é crítico. A tomada de decisão sobre grandes obras na Amazônia acaba determinando um curso do desenvolvimento com graves impactos desde o nível local até o global. Em parte, isto reflete um sistema onde as decisões iniciais sobre projetos individuais ainda são feitas sem discussão pública e na ausência de informações sobre os impactos do projeto e sobre alternativas. Na prática, o efeito das fases subsequentes de estudos de impacto ambiental e licenciamento é limitado à sugestão de pequenas modificações dos planos anteriormente decididos.

O licenciamento de barragens recentes, como Santo Antônio, Juruá e Belo Monte, tem revelado problemas graves com o sistema de avaliação ambiental, com os pareceres formais do corpo técnico de IBAMA se posicionando contra a aprovação das licenças sendo descartados por meio de trocas dos chefes do setor de licenciamento ou do IBAMA como um todo. Em múltiplas ocasiões ordens judiciais para suspender as obras devido a violações de proteções legais e constitucionais têm sido derrubadas mediante “suspensões de segurança”, ou a invocação de leis herdadas da ditadura militar brasileira que permitem anular qualquer processo contra agentes do governo se o assunto em questão fosse importante para a “economia pública”. Sendo que barragens

sempre têm importância econômica, elas podem seguir independente de quantas leis fossem violadas. Suspensões de segurança tem sido usadas oito vezes no caso de Belo Monte e 12 vezes no caso das barragens da bacia do Tapajós. Poucas pessoas sabem da existência das leis permitindo suspensões de segurança, com resultado que há pouco impeto para mudá-las.